

A Cidade e o Cotidiano: relações de amor e vizinhança

Vanessa Spinosa¹

Nas pensões e estâncias: formas de morar e vida íntima

A base da discussão está centrada nas formas de socialização entre os populares na cidade de Belém na década de 1930, relacionada com uniões amorosas e ainda a vizinhança que estava no espaço social imediato, contribuindo tanto para que as uniões de amor e/ ou conjugais fossem legitimadas na cidade, quanto para se utilizarem da moral e dos bons costumes para reprimir comportamentos amorosos fora do que era socialmente permissível naquela esfera, no mesmo bairro, vila ou ainda pensão.

Partindo do estudo acerca das casas, barracas, estâncias, pensões e repúblicas, foi se delineando formas de convivência e de decodificação do outro pela maneira de moradia.² Os bairros periféricos e suburbanos na cidade, onde os populares predominantemente moravam, bem como a carência ou não de determinados benefícios urbanos, tais como saneamento e iluminação, e o próprio perfil de cada habitante de estância que dava conta das dificuldades³, falta de privacidade, geravam laços solidários e pontos de conflitos entre os vizinhos; os que moravam ao lado, em frente, no mesmo imóvel ou nem tão perto assim, mas que se reconheciam em seus movimentos diários na cidade de Belém do Pará, nos anos de 1930.

A partir da leitura de histórias que apareceram nos processos-crime de lesão corporal, atentando-se mais à vida de uma “vítima” ou de um caso nos jornais, percebeu-se que as formas de aglutinação desses sujeitos históricos não estavam tão próximas do padrão de família nuclear. Pode-se dizer que, se esse padrão existia, não era nas mesmas condições de uma família de elite. Nesse contexto, notou-se que essa era uma das características da família do fim do século XIX e início do XX⁴, ou seja, a aglomeração

de sogras, esposos, filhos, sobrinhos caracterizava mais o século XIX, aparecendo com alguma reminiscência no XX, quando a atenção ao casal foi talvez mais aguçada.

Bertino, casado com Júlia, tinha dois filhos, era um comerciante repleto de dívidas e morava em uma casa com sua família num bairro periférico da cidade, recebendo esporadicamente visitas de sua mãe.⁵ Já Raimundo, vendedor ambulante, morava com sua filha em uma casa da vila Ypiranga e tinha como seu vizinho Fábio, um paraense de 35 anos, separado.⁶ Maria e José moravam em uma *barraquinha*.⁷ Antônio de Araújo morava em uma casa na vila do Pinheiro, local bastante afastado do centro, com oito irmãos, pai, mãe e mais o cunhado – no mínimo, uma vez que os filhos da irmã casada não foram mencionados. Ou seja, eram doze pessoas, pelo menos duas famílias, vivendo sob o mesmo espaço.⁸

A noção de vida familiar e íntima⁹ podia estar associada diretamente ao espaço de habitação de cada “núcleo familiar”, constituído seja por um pai e uma filha, por uma filha com mãe e netos, ou por pai, mãe e filhos.¹⁰ Além disso, determinar graus de conforto e privacidade para os habitantes de uma casa ou quarto com muitas ou poucas pessoas se tornava muito relativo. Talvez uma pessoa que alugou um cômodo da casa de outra pudesse ter menos problemas com privacidade¹¹ que uma família morando em um quarto-sala de estância. Em todo caso, pode-se pensar também que, de todo modo, não estavam sozinhos, nem mesmo num apartamento de solteiro.

As finas paredes, as portas coladas, as cozinhas e banheiros coletivos retratavam um espaço de convivência diferente, peculiar, que podia variar de um espaço para o outro, mas que, de certa forma, unificava os indivíduos: maneiras de trabalho, múltiplas formas de vida e de aglutinação de marceneiros, cozinheiros, meretrizes, ajudantes de comércio. Diversos sujeitos morando no mesmo bairro, na mesma rua, em tipos de moradia iguais ou diferentes, e enfrentando a labuta diária. As formas de lidar com a

moradia e os costumes faziam esses indivíduos se cruzarem em necessidades, problemas, soluções, amores e tensões.

Um bairro, poder-se-ia dizer, é assim uma ampliação do habitáculo; para o usuário, ele se resume à soma de trajetórias inauguradas a partir de seu local de habitação (...). O sistema de comunicação no bairro é fortemente controlado pelas conveniências.¹²

Ou seja, o movimento dos habitantes e circulantes nas ruas e tabernas do bairro ou da vila criava entre eles códigos próprios de comportamento e de moral, manifestados no dia-a-dia. Nesse sentido, a questão de moradia e localização geográfica na cidade permitiu perceber as experiências dos indivíduos a partir do meio em que inter-relacionavam. Nesse viés, o que estava ao lado sempre trazia um histórico, uma referência codificada do trânsito pela calçada, dos gritos ouvidos nas discussões, através de olhares e gestos, enfim, de movimentos que incidiam no espaço comum: a rua, o bairro.

Isso era clareado na análise dos processos-crime quando se chamava para testemunhar sobre as tensões conjugais. Além de parentes mais próximos, a vizinhança era o ponto essencial para “cooperar” com o ocorrido entre os casais. É claro que a proximidade geográfica era um ponto essencial para a solicitação de testemunho junto ao caso processual, mas a seleção de cada um dos vizinhos que iam até a Chefatura contar de suas versões do acontecimento se tratava de uma triagem feita por parte do réu ou da vítima, ou ainda de uma denúncia apoiada por vizinhos tanto no sentido do auxílio, como no da denúncia sobre os comportamentos.

Quer dizer, os indivíduos que compunham essa vizinhança se moldavam uns aos outros em comportamentos, gestos e códigos sociais projetados a partir do convívio com o outro no espaço que lhe era familiar¹³, seja uma viela, uma rua ou um quarto da estância.

Relações de amor e a vizinhança: interfaces no cotidiano

É importante destacar como a cidade, através das interações de vizinhança no dia-a-dia, se movimentava partindo das tensões conjugais, ma medida em que a falta de uma moral circulante nela, ou ainda a mudança em comportamentos era praticizado entre os moradores de cada rua, estância ou pensão, deixando claro que o “dever ser” e a moral, relacionados a uma imagem já consolidada por entre os habitantes daquele espaço socialmente construído, deveria ser mantida ou reavaliada no campo dos bons costumes que a *urbe*.

O caso de Olga e Philadelfo¹⁴, pode ser ressaltado pois a questão da intimidade e do auxilio ou intervenção no diário era forte por duas razões: tratava-se de um casamento, união que gerou duas filhas, em que o casal, antes no Rio de Janeiro, morava na casa da sogra com os cunhados. Ou seja, havia uma abertura de espaço dentro da casa para três pessoas que, de algum modo, eram estranhas.

Esta abertura de espaço significa que essas pessoas entraram não só na alcova da casa, mas também abriram precedentes para adentrar no movimento interno – diria íntimo – da casa e dos habitantes. Ademais, Olga não estava somente na alcova, mas no coração da casa, que estava aberto para ela, embora não bem administrado, a ponto de seu cunhado ter avançado contra si,

já enraivecido pelos os insultos recebidos, empurrou Olga, que como é natural, esta perdeu o equilíbrio caindo em cima da cama batendo-se no rosto (...).¹⁵

Esse indivíduo externalizou sua ira por Olga ter gritado palavras de desonra e obscenidade contra suas irmãs e mãe. Assim procedendo, Olga feria a casa, os costumes.

A segunda sinalização dizia respeito à abertura de espaço dada por um colega de Philadelfo, para que este pudesse ter mais privacidade para articular, talvez, a solução de melhor convivência da esposa com a família e consigo. Ele abriu uma “lacuna” em seu quarto e abrigou o amigo com problemas conjugais, dos quais devia ser um assíduo ouvinte.

Atitudes como estas apontavam como a participação do outro – do que estava ao lado, era conhecido, confiável e, diga-se, necessário – acabou sendo fundamental à vida cotidiana, e confirma a participação e inserção desses agentes nas intimidades. Quando o cunhado de Olga abriu a porta e avançou nela, havia possibilidades para entender o porquê da intervenção. Era patente que Olga o tinha irritado. Mas, por quê? Podia ser porque ela desonrou a sua família com suas colocações, fazendo insinuações em voz alta sobre relacionamentos incestuosos e chamando sua mãe de meretriz e fofoqueira. Ou por Olga ter gritado extra-muros sobre a reputação de sua família; porque ela falava do oposto ao aparente, do publicizado.

As duas proposições seriam pertinentes, mas o que vale ressaltar é como esse espraiamento do que se entendia por família foi evidenciado, em que moral, intimidade e auxílio eram palavras entrelaçadas à trama cotidiana. Além do que, o caso demonstrou também como a intimidade diante do público foi externalizada e, mais que isso, como era interpretada – até diria captada – pelos que estavam ao redor.

A vizinhança e a publicidade do íntimo

Dependendo de onde moravam, essas pessoas foram construindo, em seu dia-a-dia, formas de amizade e solidariedade, bem como de conflitos – mesmo porque conviviam bem próximos física e relacionalmente - com os vizinhos.

Eles foram pontos de apoio na briga com casais, com a família; mas também vigilantes diretos dos movimentos dessas pessoas, além de motivo para brigas e amores.

Enfim, os vizinhos eram o auxílio, mas também as queixas, a proximidade para a ajuda e confidências e para amores e tensões.¹⁶

Nesses espaços, havia uma grande interação diária a partir do local de habitação. Nesse sentido, era na rua, nas estâncias, nos quintais ou mesmo nas janelas que o indivíduo ia se reconhecendo no local onde morava, unindo o que era público ou alheio – mas era também o que afrontava no diário – ao que havia dentro do lar.

Nesse sentido, a vizinhança vinha compondo o espaço do *habitat* dos sujeitos; eles engendravam delimitações e territorializações que superpunham a materialidade configurativa de casas emaranhadas uma entre as outras. Era uma espacialidade simbólica imposta pelo que estava ao lado ou à frente.

A noção de família, de vida a dois e ainda de convivência social se aliava diretamente com as relações diárias e interpessoais; que poderia circular na cidade como um todo, mas que era entre os próximos, os vizinhos e parentes que as práticas e normas morais e ainda dos comportamentos, iam se moldando entre o que deveria ser da vida íntima e o que era praticado entre os populares e suas particularidades, de convívio familiar e conjugal na cidade.

¹ Mestre em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Contato:

yspinosa@yahoo.com.br

² CERTEAU, Michel (et. al.). *A Invenção do Cotidiano 2: morar e cozinhar*. Petrópolis/RJ: Ed. Vozes, 2000. p.41, esclarece sobre o que seria um bairro: "é o pedaço de cidade atravessado por um limite distinguindo o espaço privado do espaço público: é o que resulta de uma *caminhada*, da sucessão de passos numa calçada, pouco a pouco significada pelo seu vínculo orgânico com a residência". É nesse sentido que se pensa aqui nesse entrelaçamento do que é público e particular, configurado materialmente nas formas de moradia. Seria inevitável um estar envolvido por causa e a partir do outro continuamente.

³ Segundo Marins, "como quase todos os vizinhos edificavam – e comportavam-se – de maneira semelhante, chegava-se à possibilidade de habitar entre iguais, numa generalização de alcance 'público' advindo dos padrões domésticos e privados homogêneos". p.148. O sentido que se delineia aqui se trata das situações cotidianas dos sujeitos que os identificava uns aos outros; isso não se resumia aos sujeitos históricos estudados, incluindo a sociedade belenense e de outros estados do país, em que a necessidade de "selecionar" a quem pertencia a cada bairro e era uma necessidade 'social'. MARINS, Paulo Cesar Garcez. "Habitação e vizinhança: limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras". In: SEVCENKO, Nicolau. *História da Vida Privada*. Vol. 03. São Paulo: Ed. Cia das Letras, 1998.

⁴ Sobre essa discussão, ver: FREIRE, Jurandir da Costa. *Ordem médica e norma familiar*. Rio de Janeiro; Graal, 1999; SAMARA, Eni de Mesquita. *As mulheres o poder e a família*. São Paulo: Marco Zero/ Secpp,

1999; CORRÊA, Mariza. "Repensando a família patriarcal brasileira". In: KOPES, M. S de Almeida (et al). *Colcha de retalhos*. Estudos sobre a família no Brasil. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1982. p.14-37.

⁵ O Estado do Pará. 14/05/1939. Reportagem Policial. *Suicídio*. Comerciante em pequena escala, premiado pelas dificuldades financeiras põe termo à vida. p.06.

⁶ O Estado do Pará. 12/05/1939. Reportagem Policial. *Prometeu e cumpriu*.

⁷ O Estado do Pará. 18/10/1938. Reportagem Policial. *Ou viver novamente com ele ou morrer*. p.04.

⁸ Há mais alguns casos como o de Teodorino Santos, que já morava com a esposa e cunhada numa casa no bairro do Jurunas, e Maria Rodrigues morava com seu amásio, sua filha da primeira união e mais os filhos da segunda constituição conjugal (A Vanguarda. 12/jan./1939. *Os crimes contra a mulher*. p.06), uma média de pelo menos cinco pessoas na mesma casa. Jesuína, depois que se separou de seu amásio, foi viver com sua mãe e mais seus dois filhos (Arquivo do Tribunal de Justiça do Pará - ATJP. Auto crime de lesão corporal. Jan.1932. Réus: Isidoro, Valdomiro e Francisco Clemente Alves).

⁹ Vale cf. pesquisa de CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, Lar e Botequim*. O cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da *Belle Époque*. Campinas/SP: Editora da UNICAMP, 2001.

¹⁰ Sobre as famílias compostas somente por mães e filhos e outras formas de aglutinações familiares, vale Cf. SAMARA, Eni de Mesquita. *A Família Brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1986; e DIAS, Maria Odila L.S. *Quotidiano e Poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1995.

¹¹ MARINS, Op. cit. p.177, trabalha com a idéia da divisão interna da casa para cada função a que era destinada: "as plantas arquitetônicas do período evidenciam uma intensa especialização dos cômodos, estabelecendo uma gramática rígida para as atitudes privadas das famílias – o que dificilmente ocorria nos cômodos superlotados das habitações populares".

¹² Sobre tal assunto, ver MAYOL. Op. cit. p.42 e 55.

¹³ Segundo Mayol, "em suma, o corpo, na rua, vem sempre acompanhado de uma ciência da representação do corpo cujo corpo é mais ou menos, mas suficientemente, conhecido por todos os usuários e que eu designaria pela palavra que lhe parece mais adequada: *a conveniência*"; já que "a atitude do transeunte deve transmitir o mínimo de informação possível, manifestar o mínimo possível de desvio em relação aos estereótipos admitidos pelo bairro". MAYOL. Op. cit. p.48 e 50.

¹⁴ ATJP. Auto de perguntas feitas a João Carlos da Fonseca. In: Auto de lesão corporal. Set. 1931.

¹⁵ ATJP. Auto de perguntas feitas a João Carlos da Fonseca. In: Auto de lesão corporal. Set. 1931.

¹⁶ Cf. SOUSA, Noélia Alves de. *A Liberdade é Vermelha?* Um estudo da violência contra mulheres em Fortaleza, das décadas de 20 e 30 do século XX. Dissertação de mestrado. São Paulo: Ed. PUC-SP, 1997. p.91.